



## **TRAJETÓRIAS ESCOLARES NO IFRN CAMPUS ZONA NORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PROGRESSÃO PARCIAL NO PERÍODO DE 2011 A 2014**

A.S.S. autor (1); B. B. Orientador (2)

Andreza dos Santos Sousa, Bárbara Briscioli

*Universidad Nacional de La Plata, [andrezassousa@yahoo.com.br](mailto:andrezassousa@yahoo.com.br), [barbarabri@hotmail.com](mailto:barbarabri@hotmail.com)*

**Resumo:** No presente trabalho apresentamos um relato de experiência da progressão escolar, no âmbito do IFRN – campus Natal Zona Norte. A estratégia de progressão parcial foi adotada pelo Instituto como alternativa de ofertar ao discente a possibilidade evoluir para o ano escolar seguinte, apesar de não ter atingindo aproveitamento integral em todas as disciplinas, desse modo, poderá recuperar os conhecimentos em, até duas disciplinas, em que teve dificuldades. Para realização da progressão parcial o aluno é matriculado no ano seguinte e nas disciplinas em que não obteve sucesso. Para este trabalho adotamos o termo progressão parcial como sinônimo de dependência. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é descrever a taxa de sucesso obtida com a adoção da progressão parcial para os alunos do IFRN – campus Zona Norte. Para tanto, o período adotado foi de 2011 a 2014, os dados foram coletados na Secretaria Escolar do campus, a amostra é representada por quatro turmas de cursos técnicos integrados. A abordagem dessa pesquisa é a qualitativa e a análise é documental e bibliográfica. A análise dos dados está suportada nos seguintes autores: Peregrino (2010); Veiga (2003). O resultado da pesquisa apresenta que a adoção da progressão parcial alcançou 50% do resultado esperado, o que é considerado satisfatório, pois auxiliou a redução de repetências e a conclusão desses alunos no tempo certo, a pesquisa teve como limitação de trabalhar apenas com os dados fornecidos pela secretaria escolar, outras pesquisas poderão ser realizadas para identificar a percepção dos quanto a progressão parcial.

**Palavras-chave:** Progressão Parcial, Taxa de sucesso, IFRN.

## **TRAJETÓRIAS ESCOLARES NO IFRN CAMPUS ZONA NORTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PROGRESSÃO PARCIAL NO PERÍODO DE 2011 A 2014**

Andreza dos Santos Sousa (autor); Bárbara Briscioli(orientador)

*Universidad Nacional de La Plata, [andrezassousa@yahoo.com.br](mailto:andrezassousa@yahoo.com.br), [barbarabri@hotmail.com](mailto:barbarabri@hotmail.com)*

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre progressão parcial durante o período de 4 (quatro) anos em contexto escolar de ensino médio técnico integrado, em instituição de ensino federal. É importante destacar que a Educação Profissional no Brasil sofreu diversas



interrupções e reinícios. Esses fatos estão registrados na linha do tempo da educação profissional, bem como a dualidade, existente de formar para o mundo do trabalho ou possibilitar o acesso ao ensino superior que é um fenômeno vivenciado pela educação profissional desde a Reforma Capanema.

Antes de tratar de alguns exemplos, temos que levar em consideração a Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei nº 9.394/96 que passou por reformas e alterações com intuito de atender as demandas dos dias atuais, dentre estas, a progressão continuada ganhou notoriedade, pois tinha como foco diminuir a evasão e a repetência, e seus resultados sofreram um efeito reverso, gerou analfabestimo apesar dos anos de estudos dos alunos.

No âmbito da Educação Profissional, os mais recentes registros podem ser exemplificados pelo decreto nº 2.208/97, que visava concretizar os interesses do capital em interferir na formação do trabalhador, provocou a separação dos conteúdos propedêuticos dos conteúdos da formação técnica promovendo uma fragmentação na formação do futuro trabalhador e pelo Decreto nº 5.154/04 que resgatou a possibilidade do funcionamento do ensino médio concomitante ao ensino técnico, ou seja, um ensino integrado de nível médio que posteriormente suscitou a criação da Lei nº 11.892/2008 que instituiu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atualmente organizados em rede.

Particularidades a parte, essas reformas impactam no cotidiano escolar, um exemplo são os números do insucesso escolar vivenciados pelos alunos, que dentre outros fatores, causam a repetência e a evasão. E não diferente nos Institutos Federais este fenômeno também ocorre e na busca de mitigar esse problema, tem-se buscado desenvolver trajetórias de acesso, permanência e êxito com o objetivo de consolidar as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo o governo brasileiro. Para Bonal, 1998:

El reciente análisis de los discursos oficiales de la educación y de los documentos de política educativa evidencia un cambio de rumbo en el papel social de la educación. Popkewitz (1994), por ejemplo, analiza las transformaciones discursivas entre las reformas educativas de los años sesenta y las reformas de los ochenta. Según este autor, las reformas educativas constituyen referentes útiles para desvelar las formas de regulación social, formas que están incorporadas tanto en las recomendaciones pedagógicas como en la psicología del yo –entendida como la forma en que se espera que los individuos constituyan su personalidad para vivir en sociedad (Popkewitz, 1994,pág. 154 apud Bonal, 1998, p.188-189).

Coube aos Institutos Federais conviver com as dualidades, as interrupções, os reinícios e as exigências legais e paralelamente a tudo isso cumprir com seu papel de formar o cidadão e



contribuir para formação da personalidade de seus discentes. Que mesmo diante de contextos tão complexos e difusos, criaram estratégias para superar as dificuldades, como a implantação da assistência estudantil, por exemplo, que tem como objetivo

proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições básicas de se manterem na instituição, colocando-os próximos ou em condições de igualdade com os estudantes mais favorecidos economicamente, com vista a um aproveitamento acadêmico maior destes alunos e a diminuição do percentual de abandono, trancamento de matrículas, retenção e evasão escolar (IFRN, 2016).

Os Institutos Federais se localizam em espaços onde carecem e tem potencial de desenvolvimento; em suas ofertas promovem o acesso de jovens de todas as camadas sociais, sendo que em sua oferta são destinadas 50% (cinquenta por cento) para livre concorrência e 50% (cinquenta por cento) para alunos oriundos de escolas em contextos de pobreza. Para isso as atividades são desempenhadas por meio do setor de serviço social e de saúde e tem como base três eixos. Sendo estes:

- 1) Apoio ao desenvolvimento acadêmico: bolsas de extensão, tutoria e pesquisa;
- 2) Apoio à complementação das atividades acadêmicas e à formação integral dos estudantes: auxílio para participação em aulas externas e eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, culturais, esportivos e políticos estudantis;
- 3) Apoio à permanência e ao êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social: programa de alimentação escolar, de auxílio-transporte e de iniciação profissional (IFRN, 2016).

Além dessas atividades o corpo discente conta ainda com a prestação de serviço psicológico, médico, odontológico e os centros de aprendizagens – horário que o professor dedica aos alunos para retirar dúvidas e reforçar o conteúdo. Com essas estratégias adotadas os Institutos Federais buscam diminuir os números do insucesso escolar, a repetência e a evasão vivenciadas pelos alunos. Desse modo a progressão parcial foi adotada pelos Institutos Federais como estratégia de contribuir para permanência e êxito do discente concomitante com a redução das barreiras socioculturais, econômicas, a oferta de vagas, as políticas, financeiras e técnicas.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa consiste em estudo bibliográfico-descritivo. As pesquisas bibliográficas são elaboradas com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas



passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como, material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29-30).

Para Cervo e Bervian (1996, p. 49), estudos descritivos consistem em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

O desenvolvimento do presente trabalho ocorreu da seguinte forma: pesquisas bibliográficas referente a progressão parcial e da educação profissional no Brasil. Para isso, procedeu-se uma análise nos artigos científicos localizados em diferentes sítios na internet.

O tratamento dos dados consiste em fazer uma reflexão e promover uma compreensão do panorama da progressão parcial na educação profissional do Rio Grande do Norte. Tendo amostra as quatro turmas de cursos técnicos integrados ingressantes em 2011, o período pesquisado compreende de 2011 a 2014. Não foram realizadas entrevistas com esses alunos. A pesquisa se propõe a descrever em que percentual a progressão parcial atende ao resultado esperado.

### **3 A TRAJETÓRIA: PROGRESSÃO PARCIAL**

Repetir o ano escolar segundo especialistas em educação pode ser uma experiência difícil para os discentes, perder a companhia dos colegas de classe, não ser aceito nos grupos, a pressão em família, dentre outros fatores, poderão potencializar esta experiência. Este trabalho não busca conhecer as causas que levaram aos discentes as progressões parciais, também conhecidas por dependências, mas descrever quantos alunos conseguiram através desta prática serem beneficiados e auferir sucesso. Consoante Peregrino,

os “novos” processos de escolarização das classes populares, que através dos tempos vieram assegurando o acesso e adiando a saída da instituição, tornando cada vez mais extenso o tempo de “habitação” da instituição, vem criando novos “circuitos” (trajetórias) no interior do espaço escolar, configurando novas vulnerabilidades nos processos de escolarização, e também novas formas de marginalização (PEREGRINO, 2010, p. 101).

Um exemplo, é a utilização da progressão parcial pelos discentes que continuam sua vida escolar normalmente, no ano letivo seguinte e de acordo com o regime escolar cumprem a jornada



da progressão parcial em contra turno, podendo ainda fazer uso dos centros de aprendizagem e do apoio pedagógico.

La escuela fue, y aún lo es, una de las instituciones blanco tanto de la sucesión de crisis finiseculares como de las propuestas de reforma que, se suponía, habrían de solucionarlas. La educación aparece así como causa para explicar por qué los jóvenes no encuentran un lugar y por tanto, lugar donde saldar las múltiples heridas que permanecen abiertas y que, diariamente, se siguen abriendo en estos espacios Epele (2007 apud Grinberg 2009).

Desse modo, a escola reconhece a necessidade de os mecanismos para garantir a permanência dos discentes, por exemplo, a progressão parcial também conhecida por dependência, para mitigar a defasagem de aprendizagem. Em especial, no IFRN a progressão parcial um dentre vários mecanismos desenvolvidos para suprir as mais variadas necessidades que os alunos apresentam.

la escuela es más que un aguantadero, es también caja de resonancia y de escucha. Hemos intentado mostrar que las escuelas hacen cosas muy diferentes. En estos barrios la escuela es el único lugar donde todavía le es dado a la juventud pensar y cuando una clase resulta (por motivos diversos) interesante, la participación es alta, especialmente cuando pueden pensar el mundo y aunque en pocas ocasiones problematizar sus condiciones de vida. Cuando esto ocurre en las aulas se observa interés y escucha(Grinberg, 2009, p.95).

A escola é o espaço de múltiplas aprendizagens e o lugar onde se faz muitas coisas diferentes, para poder atender as diferentes necessidades de seu corpo discente. Oportunizando a cada um o atendimento da necessidade que apresenta, para que ele possa pensar e refletir o mundo de maneira mais justa. A escola ao adotar a assistência estudantil, por exemplo, busca dar igualdade de condições, pois oferta ao discente o auxílio alimentação, o auxílio transporte, atendimento médico, atendimento odontológico, acompanhamento pedagógico e psicológico.

Em todos esses aspectos estão problematizados suas condições de vida e de permanência na escola e o IFRN escuta e cria esses mecanismos. Se apresentando para a sociedade e sua comunidade interna como uma escola atenta ao ejercicio democrático y participativo y donde conceptos tales como “gestión”, “proyecto”, “innovación”, “reflexión”, “autonomía”, “nueva escuela”, “cambio”, “participación/democracia”, “autogestión”, se afianzaron como el nuevo paisaje discursivo (Ball, 1994 y 1997; Youdell, 2006; Whitty, 2002; Da Silva, 1998; Popkewitz, 1996; Grinberg, 2008 apud Grinberg, 2009).



### 3.1 Os marcos legais

A Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Base (LDB) oferta possibilidades para as escolas organizarem seus cronogramas, bem como seus espaços escolares, evidenciando o ensino, a aprendizagem. Desse modo, as escolas poderão ter novas possibilidades de organização em: séries, ciclos, progressão parcial, progressão continuada, dentre outras.

No que se refere à progressão parcial, a LDB trata em seu art. 24:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...] III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino [...] (BRASIL, Nº 9394/96).

Desse modo, os sistemas de ensino passaram a ter autonomia para definir sobre a adoção ou não da progressão parcial observando a preservação do currículo. Par isso, à escola deverá registrar em sua ordem didática ou regimento escolar as formas de regulamentação da progressão parcial.

No Parecer CNE/CEB nº12/1997, página 5, o item 2.7 trata da dependência e discorre:

O art. 15 da Lei nº 5.692/71, admitia que, “**no regime seriado, a partir da 7ª série**”, o **aluno viesse a ser matriculado “com dependência de uma ou duas disciplinas, área de estudo ou atividades de série anterior, desde que preservada a sequência do currículo”**. Na nova lei, não há referência a este regime. Entretanto, no art. 24, inciso III se lê: “nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo (grifado), observadas as normas do respectivo sistema de ensino”. É claro, portanto, que entre essas “**formas de progressão parcial**” é admitida a figura da “dependência” da lei anterior. Com a observação de que agora, não se fala em limitação de “uma ou duas disciplinas”. A regra será a estabelecida no regimento escolar e “**nas normas do respectivo sistema de ensino**”.

Este parecer foi encaminhado ao Ministério da Educação brasileiro para fins de esclarecer dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Em complemento ao Parecer CEB nº 5/97).

No tocante a Organização Didática do IFRN, aprovada em março de 2012, em seu CAPÍTULO III - DA JORNADA ACADÊMICA E DAS TURMAS, especificamente no art. 23 em seu § 3º descreve que as aulas de dependência e demais atividades acadêmicas poderão ser oferecidas em outros horários previamente estabelecidos.

Já em seu art. 25 afirma que o número de estudantes na matrícula inicial (no primeiro período letivo), em cursos regulares, deverá ser de até 36 (trinta e seis) estudantes, excetuando-se a primeira oferta do curso, em que esse número poderá ser de até 40 (quarenta) estudantes.



Reservando no § 1º que o número total de estudantes em sala de aula, em cursos regulares, considerando-se situações de dependência e de reprovação, não deverá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) estudantes.

Na SEÇÃO III - DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO, em seu art. 254 diz que nos cursos com regime seriado ou modular, será considerado aprovado na série ou módulo o estudante que:

Item III - for reprovado em até 2 (duas) disciplinas, devendo cursar, no período subsequente, em regime de dependência, as disciplinas objeto de reprovação. No § 1º trata das disciplinas cursadas em regime de dependência deverão ser trabalhadas a partir das dificuldades detectadas após uma avaliação diagnóstica que envolva todo o conteúdo da disciplina, não sendo obrigatoriamente exigido que o estudante utilize todo o período letivo para superar as dificuldades apresentadas. E em seu § 3º que caso o estudante obtenha média final na disciplina igual ou superior a 40 (quarenta), poderá realizar a dependência por meio de estudo individualizado, utilizando metodologias não presenciais.

Seguindo as orientações didáticas, várias ações são adotadas para minimizar os problemas de repetência e de abandono, dentre as quais os alunos podem contar com o apoio ao desenvolvimento acadêmico, podendo auferir bolsas de extensão, tutoria e pesquisa; receber apoio à complementação das atividades acadêmicas e à formação integral dos estudantes: auxílio para participação em aulas externas e eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, culturais, esportivos e políticos estudantis; e por fim, receber o apoio à permanência e ao êxito escolar que vai desde as dependências, o acesso aos centros de aprendizagem, o apoio pedagógico e destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, além dos anteriormente citados, tem-se: o programa de alimentação escolar, de auxílio-transporte e de iniciação profissional (IFRN, 2016).

No projeto político pedagógico do IFRN não traz maiores menções a progressão parcial. Para Veiga,

Há um vínculo muito estreito entre autonomia e projeto político pedagógico. A autonomia possui o sentido sociopolítico e está voltada para o delineamento da identidade institucional. A identidade representa a substância de uma nova organização do trabalho pedagógico. A autonomia anula a dependência e assegura a definição de critérios para a vida escolar e acadêmica. Autonomia e gestão democrática fazem parte da especificidade do processo pedagógico (VEIGA, 2003, p. 277).

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFRN foi um processo participativo, que priorizou a participação de todos os campi, bem como, dos demais atores sociais que compõe cada campus (21 campus no total), podemos afirmar que o PPP do IFRN é fruto de um processo democrático e participativo. Cabendo a cada campus manter o “compromisso com o seu



acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir” (VEIGA, 2003, p. 279).

Na meta 8 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) há previsibilidade em sua primeira estratégia de institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados (BRASIL, 2014, p.67).

Desse modo o IFRN vem cumprindo com a legislação em vigor oportunizando aos discentes que necessitam de tratamentos diferenciados a adoção da prática da progressão parcial com fins de reduzir a desistência e a evasão escolar.

### 3.2 A experiência do IFRN campus Zona Norte

O IFRN campus Zona Norte adota o mecanismo de progressão parcial desde o início de suas atividades. Seus cursos técnicos são desenvolvidos nas modalidades integrado, educação de jovens e adultos e subsequente, possui uma duração de 4 (quatro) anos. Desse modo, nossas apontamentos compreenderá o término do ano letivo de cada ano.

Por meio de sorteio aleatório, foi selecionada uma turma denominada de X que teve início de suas atividades no ano de 2011, para fins de exemplificação, pois as demais se comportaram de maneira semelhante. Abaixo serão apresentados os dados compilados de todas as turmas. Esta turma selecionada conta com 41 (quarenta e um alunos), sendo: 3 (três) alunos oriundos da turma 2009, 6 (seis) alunos oriundos da turma 2010 e 32 (trinta e dois) alunos de 2011 ingressantes.

Situação ao término do período	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Aprovados	19	24	19	21
Dependências	09	03	06	03
Reprovados	07	02	01	01
Reprovados por faltas	02	03	04	00
Cancelados	01	00	00	00
Jubilados	03	00	00	00
Transferidos	00	01	00	00
Total de alunos	41	33	30	25
Percentual dependência	21,95%	9,09%	20%	12%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)





Tem-se o registro de 21 progressões parciais ocorridas no período de 2011 a 2014, contou com a participação de 13 (treze) alunos, sendo que 8 (oito) deles frequentaram apenas uma vez a dependência; 3 (três) alunos frequentaram a dependência 2 (duas) vezes; 1 (um) aluno frequentou a dependência 3 vezes e mais 1 (um) aluno frequentou a dependência 4 (quatro) vezes.

A situação do período de 2014.2 desses alunos é:

<b>Nº de alunos</b>	<b>Frequência na dependência</b>	<b>Percentual das dependências geradas (21)</b>	<b>Situação no período 2015.1</b>
1	4 vezes	8%	matriculado dependência.
1	3 vezes	8%	matriculado dependência.
3	2 vezes	23%	1 aluno concluiu; 1 aluno concludente; 1 aluno reprovado no 3º ano.
8	1 vez	61%	2 alunos concluíram; 3 alunos são concludentes; 1 matriculado na dependência; 2 reprovados, sendo que 1 reprovou no 2º ano e o outro no 3º ano.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Podemos observar que dos 13 alunos que participaram da dependência, apenas 3 (três) concluíram integralmente ao término do 4º ano, ou seja, 23,08% e outros 4 (quatro) alunos, 30,76%, estão em fase concludente o que significa que concluíram as disciplinas técnicas e propedêuticas, mas não concluíram sua atividade de prática profissional que é componente da carga horária.

<b>Situação</b>	<b>Nº de alunos</b>	<b>%</b>
matriculado dependência	3	23,08
Concluiu	3	23,08
Concludente	4	30,77
Reprovados	3	23,08

Fonte: Dados da Pesquisa(2016)



Para esta turma ainda persiste a dependência com 3 (três) alunos durante o 4º ano, assim como registra a reprovação de outros 3 (três) alunos entre o 2º e 3º ano.

A partir de agora trata-se dos dados reunindo as quatro turmas, pois o comportamento das demais turmas se repetiam.

#### Síntese dos anos letivos das 4 turmas pesquisadas

Situação ao término do período	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Aprovados	81	71	71	76
Dependências	31	31	18	6
Reprovados	28	8	4	2
Reprovados por faltas	8	12	11	7
Cancelados	3	2	1	0
Jubilados	3	0	0	0
Transferidos	1	2	1	0
Total de alunos	155	126	106	91
Percentual da Progressão Parcial	20,00%	24,60%	16,98%	6,59%

Fonte: Dados da Pesquisa(2016)

O percentual da dependência se mantém aproximados durante os três primeiros anos. Não tem se como definir um percentual aceitável, para isso teríamos que dispor de serviços educacionais, fora do Instituto, em níveis constantes. O Instituto recebe uma parcela de 50% (cinquenta por cento) de seus discentes oriundos de escolas instaladas em áreas de situação de pobreza, alguns chegam com defasagem de aprendizado. O Instituto organiza suas estratégias para superar as barreiras e a medida que anos vão passando os discentes vão superando suas dificuldades.

#### 4 CONCLUSÕES

A progressão parcial é uma prática adotada pelo IFRN institucionalmente que oportuniza aos discentes que não conseguiram aproveitamento satisfatório em até duas disciplinas. Essa prática está ancorada na Organização Didática do IFRN aprovada pela Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 21/03/2012. Sendo aplicada nos cursos técnicos, nas modalidades de integrado, educação de jovens e adultos e subsequente.

O discente e/ou seus responsáveis tem a faculdade de decidir se a progressão parcial é positiva para ele. Em caso negativo, a decisão poderá ser por repetir integralmente o ano letivo.



Todavia, a escola não objetiva penalizar o aluno por meio de uma reprovação, isso poderá trazer problemas sérios para o aluno, desde a baixa estima, o desinteresse pela escola, sensação de incapacidade, dentre outros. Logo, a progressão parcial se torna importante instrumento, pois o discente mantém o contato com a sua turma, e tem a oportunidade de cursar as disciplinas em que não obteve resultado positivo, sendo até duas disciplinas isso irá favorecer ao discente a possibilidade de não sobrecarga e a escola, por sua vez, cumpre com o seu papel de inclusão e de permanência desse aluno.

E através da progressão parcial o discente pode recuperar sua defasagem de aprendizagem nas disciplinas em que teve dificuldades, dando continuidade aos seus estudos, sem o peso de carregar uma reprovação, nem de se afastar de sua turma e muitas vezes mudando até de escola.

O desenvolvimento da progressão parcial é um momento de refletir sobre as limitações pessoais de cada um, o ser humano é genial, mas cada um tem o seu tempo de aprendizagem, resta conceder esta oportunidade para os discentes que precisam dessas condições e assim poder desenvolver suas capacidades e habilidade e assim ampliar seus conhecimentos.

É importante que os pais participem mais da vida escolar de seu filho, e que se a progressão escolar ocorrer, os pais deverão buscar incentivá-lo, criar um ambiente amistoso, acompanhar suas tarefas escolares, manter o equilíbrio entre sua vida escolar e social.

Este trabalho buscou descrever em que percentual de alunos do IFRN campus Zona Norte que ao utilizar o mecanismo de progressão parcial conseguir obter sucesso em sua trajetória escolar, ou seja, concluíram o seu curso técnico em 4 (quatro) anos.

A pesquisa revelou o total de discentes pertencentes a essas quatro turmas totalizou 155 discentes, sendo que 36,77% destes discentes passaram por progressão parcial. Como o objetivo da pesquisa é descrever o percentual de alunos passaram por progressão parcial e que conseguiram concluir seus estudos em quatro anos, como resultado tem-se uma taxa de sucesso de 50,87% discentes que passaram por progressão parcial e lograram sucesso, para este percentual são considerados os alunos com estatus concluído e concludentes. Concluyente é o status do aluno que está concluindo sua prática profissional (400h), mas que já cursou todas as disciplinas de seu curso.

Desse modo, a progressão parcial traz retorno positivos tanto para vida do discente quanto para escola. Todavia esse percentual poderá ser revisto pelo Instituto por meio de outras pesquisas que possam contribuir com a mitigação dos fatores que impendem atingir os 100%, deve ser levado em consideração que este é um recorte de 2011 a 2014 e que em outros períodos esse percentual poder representar outros níveis. Logo, seus resultados são favoráveis e podem ser melhor



aproveitados. Afinal os custos da escola também são reduzidos se comparados ao custo do aluno ter que repetir integralmente o ano letivo.

## REFERÊNCIAS

BONAL, Xavier. Sociología de la educación: **una aproximación crítica a las corrientes contemporâneas**. 1998 de todas las ediciones en castellano, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.,

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/L9394](http://www.planalto.gov.br/ccivil/L9394). Acessado em 01 de fev. de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

CERVO, A L.; BERVIAN, P.A **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 90p.

CNE/CEB nº12/1997. Esclarecer dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 (Em complemento ao Parecer CEB nº 5/97). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb012\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb012_97.pdf). Acessado em: 01 de fev. de 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRINBERG, Silvia M. Políticas y territorios de escolarización en contextos de extrema pobreza urbana. Dispositivos pedagógicos entre el gerenciamiento y la abyección. **Archivos de Ciencias de la Educación (4a. época)**, 2009, año 3, no. 3, p. 81-98.

IFRN. **Assistência estudantil**. Disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/campus/parnamirim/assistencia-estudantil> Acessado em 14 de fev. de 2016.

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, Ilma P. A.. Inovações e projeto político pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. CEDES**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>. Acessado em: 14 de fev. de 2016.